

Questões contemporâneas sobre o ensino de Economia Doméstica no Brasil: 61 anos depois

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR*

Resumo: Este artigo analisa quais são as questões contemporâneas que marcam os cursos de Economia Doméstica no Brasil, desde sua criação em 1952. Fortemente marcado pelo contexto de sua criação, em que prevalecia uma imagem de mulher como naturalmente apta a ser dona de casa, mãe e esposa, questiona-se qual é, 61 anos depois, a realidade dos cursos ainda ativos no país. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos principais artigos acerca da trajetória da Economia Doméstica e das grades curriculares dos cinco cursos ainda ativos. Pôde-se perceber, portanto, que três questões centrais prevalecem atualmente: primeiro, se o curso está nos dias atuais vivenciando um processo de extinção ou transformação; segundo, se com o passar dos anos o curso se adaptou às mudanças sociais ou se manteve suas raízes ideológicas; por último, se o discurso dos alunos e profissionais condiz com a prática da profissão e situação do curso. Dessa maneira, pode-se concluir que estas três questões precisam ser respondidas para se compreender melhor a trajetória da Economia Doméstica no Brasil, e uma importante parte da história do ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres; ensino superior; mercado de trabalho.

Abstract: This paper researches at what are the contemporary issues that mark the courses of Home Economics in Brazil, since its creation in 1952. Strongly influenced by the context of its creation, in which prevailed an image of women as naturally suited to being a housewife, mother and wife, the question is what is, 61 years later, the reality of the courses still active in the country. Thus, we performed an analysis of the main articles about the history of Home Economics and the curriculum of five courses still active. It could be seen, therefore, that three central questions currently prevail: first, if the course is nowadays experiencing a process of extinction or transformation; second, if over the years the course has adapted to social changes or kept their ideological roots; finally, if the discourse of students and professionals is consistent with the practice of the profession and the course situation. Thus, we can conclude that these three questions need to be answered to better understand the trajectory of Home Economics in Brazil, and an important part of the history of Brazilian higher education.

Key words: Women; higher education; labor market.



* JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR é Mestre em Economia Doméstica (Universidade Federal de Viçosa); Economista Doméstico (Universidade Federal de Viçosa).

Introdução

No ano de 1952 era criado, Na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), o primeiro curso de Ciências Domésticas no Brasil, que mais tarde viria a ser conhecido como Economia Doméstica. Sabe-se que os ensinamentos em economia doméstica se iniciaram no Brasil por volta de 1909, e prosseguiram timidamente até o ano de 1942, quando o então ministro Gustavo Capanema criou a Lei Orgânica do Ensino Secundário que instituiu a economia doméstica como disciplina dos cursos ginasiais, clássicos e científicos femininos. No entanto, o primeiro curso superior só foi fundado no país em 1952, em uma escola rural com fortes influências americanas.

Baseado na educação feminina para os saberes do lar e na formação moral e cívica de excelentes esposas e donas de casa, o curso de Ciências Domésticas surgiu com um ideal forte de divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de homens e mulheres. Aliado a isto, tem-se ainda que considerar o caráter fortemente rural das instituições em que foi primeiro implantado (como a Universidade Federal de Viçosa – UFV – , antiga ESAV e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ) e o discurso da mulher como central na “sobrevivência da família tradicional”.

Nos dias atuais, 61 anos após a criação do primeiro curso superior de Economia Doméstica no Brasil, tem-se em mente a indagação de como e por quais motivos um curso cujas bases ideológicas estavam na divisão sexual do trabalho e na naturalização das mulheres como donas de casa, ainda persiste. Mais do que uma questão de persistência, destaca-se ainda a indagação de quais são as principais questões que a Economia Doméstica dos dias atuais faz

emergir. Dessa maneira, o objetivo central deste trabalho é demonstrar como, após mais de meio século de trajetória, este campo do saber e formação profissional tem se consolidado, e quais são as principais questões que permeiam sua existência teórico-metodológica. Como ponto de partida, toma-se o trabalho de Amaral Junior (2013) sobre a trajetória histórica do curso de Economia Doméstica no Brasil, e suas considerações iniciais.

Assim, entende-se que este é um movimento que contribui com a compreensão de dois pontos importantes do ensino superior brasileiro: como as transformações sociais impulsionam mudanças nos cursos superiores e, como o ensino “feminino” tem sido construído no Brasil.

Economia Doméstica: breve histórico

Apesar de sua implantação ser datada no Brasil por volta de 1909, considera-se que a entrada efetiva da economia doméstica como campo de conhecimento no país se dá com o Governo Vargas, sob as ações do ministro Gustavo Capanema (TOMÉ et al., 2001). Capanema instituiu, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que a economia doméstica integrasse os currículos de formação feminina de todas as séries. Vale ressaltar que, em tempos pós-industrialização, a preocupação crescente com as formas pelas quais a “família tradicional” se manteria ganhou destaque, e a inserção da economia doméstica como disciplina curricular representa parte deste movimento (LOURO; MEYER, 1993).

No entanto, a Economia Doméstica só se consolidaria como curso superior dez anos depois, quando em 1952 a ESAV – sob condições sócio-políticas bastante

específicas de relacionamento internacional, como descreve Ribeiro (2010) – fundaria a Escola Superior de Ciências Domésticas. De fato, os ensinamentos em economia doméstica já não eram mais novidade no país, uma vez que a disciplina era destaque em diversos colégios femininos, como por exemplo, no Atheneu Sergipense (ALMEIDA, 2008), na Escola Técnica Feminina de Porto Alegre (LOURO; MEYER, 1993) e na Escola de Economia Rural Doméstica de Uberaba (FERREIRA; NETO, 2013). No entanto, sua entrada no país como curso superior remete aos ensinamentos de economia doméstica direcionados a uma realidade rural, segundo os moldes dos *land-grant colleges* americanos e voltados à prática extensionista (RIBEIRO, 2010).

No momento de sua criação, a proposta do ensino superior em Economia Doméstica teve boa aceitação nacional, sendo criado em diversas universidades brasileiras, na modalidade bacharelado e licenciatura. Não tardaria, no entanto, para que as transformações sociais colocassem novas demandas à formação dos profissionais de Economia Doméstica e consequentemente, iniciasse um processo de extinção de vários dos cursos ofertados no país. No ano de 1986, existiam 11 cursos superiores de Economia Doméstica ativos no país, dos quais hoje, apenas 5 persistem (AMARAL JUNIOR, 2013). Estes cinco estão na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Esta trajetória histórica traz a tona duas perguntas centrais: (i) qual é a situação

atual dos cursos que ainda estão ativos no país e (ii) dados os elementos ideológicos que marcam sua criação, quais as mudanças mais significativas na abordagem teórico-metodológico da economia doméstica no Brasil?

Pensando neste contexto que, a seguir, são levantadas importantes questões acerca da trajetória do curso de Economia Doméstica no país. Estas questões surgiram a partir de uma análise daqueles autores que falam sobre a temática e das grades curriculares dos cinco cursos superiores ativos no Brasil.

Extinção ou transformação?

A primeira grande questão que surge é pertinente ao *status* atual dos cursos de Economia Doméstica no Brasil: estariam em um processo de transformação ou em processo de extinção? De fato, existem defensores de ambos os lados, por uma ótica defendendo o discurso de que a economia doméstica dos anos 1950 sofreu sucessivas modificações e tem constantemente se transformado segundo as exigências sociais e de mercado e por outra ótica, alegando que o curso segue um processo constante de redução no número de alunos e de inserção no mercado, caminhando para a extinção (AMARAL JUNIOR, 2013). No entanto, é preciso salientar que nenhum dos dois discursos se pauta em elementos suficientes para afirmar com clareza seu posicionamento.

De um lado, tem-se uma defesa vazia de que o curso de Economia Doméstica se transformou segundo as necessidades do mercado de trabalho e que hoje se tornou fundamental à qualidade de vida das famílias. Este discurso, que permeia a inocência, é amplamente defendido no meio acadêmico, e também percebido

em trabalhos como o de Oliveira (2006) e Almeida e Farias (2008). O que falta, na verdade, são elementos para provar que esta é uma transformação efetivamente positiva e de que a absorção pelo mercado de trabalho tem sido constante e crescente, cada vez mais em áreas que o profissional não ingressava anteriormente e que o reconhecimento da profissão – inclusive social – tem sido maior. Sem estes elementos, a afirmação de transformação é subjetiva e se aproxima mais de uma utopia da classe do que de uma realidade.

Por outro lado, o discurso da extinção praticamente não existe, embora tenha sido defendido por Bucci (2010) em ofício endereçado ao Ministro da Educação e fique, por vezes, implícito nos dados históricos de trajetória do curso. A primeira vista, analisando o número de cursos existentes no Brasil no passado e o existente hoje e a adesão cada vez menor de estudantes no decorrer dos anos, tem-se a impressão de que existe uma curva negativa que culminará na extinção da Economia Doméstica. No entanto, não existem estudos que consigam trazer dados ou basear esta afirmação.

Pode-se afirmar, portanto, que há a existência de dois discursos antagônicos a respeito da situação atual da Economia Doméstica no Brasil: um primeiro, mais ligado à identidade da classe de economista doméstico, que defende o crescimento historicamente adaptativo da categoria, e um segundo, pouco reforçado e divulgado, mas implícito nos dados a respeito do curso, que sugere seu declínio e extinção. Ambos, como demonstrado, são hipóteses que ainda carecem de meios para confirmá-las ou refutá-las.

Uma adaptação real ou aparente?

Deixando momentaneamente de lado as hipóteses de ser a Economia Doméstica tanto um curso em fase de extinção quanto um curso em fase de transformação, é preciso voltar o olhar investigativo para outras questões: uma vez que, no momento de sua implantação o curso de Economia Doméstica era tão fortemente marcado por questões ideológicas de divisão sexual do trabalho e de valor social da mulher de uma época, consequentemente sua grade curricular refletia tais ideais, estruturando-se em torno de componentes curriculares que promoviam o tecnicismo dos saberes domésticos (LOURO; MEYER, 1993). Assim, considerando que nos últimos 60 anos ocorreram sucessivas transformações sociais que modificaram esta concepção de “função social da mulher” e de divisão sexual do trabalho, o esperado é que a grade curricular dos cursos de Economia Doméstica tenham sofrido modificações que distanciem sua estrutura atual daquela que remete à década de 1950.

No entanto, o resultado encontrado é curioso. Como demonstra Amaral Junior (2013), o que se vê na verdade é a coexistência de novos elementos com elementos antigos. Disciplinas como puericultura, orçamento doméstico, decoração e planejamento de interiores, modelagem têxtil, nutrição básica e higiene, por exemplo, permanecem nas grades curriculares e remetem à mesma estrutura curricular descrita por Almeida e Farias (2008), Ribeiro (2010), Louro e Meyer (1993) e Ferreira e Neto (2013), da Economia Doméstica dos anos 1940/1950.

Historicamente, não existe uma real transformação do curso, mas uma coexistência de múltiplos discursos (AMARAL JUNIOR, 2013). Ainda

segundo este autor, ao se analisar a trajetória histórica da Economia Doméstica, é possível notar claramente que novos componentes curriculares foram acrescentados à grade, na tentativa de dar uma resposta ao mercado e à sociedade em transformação. Em seu artigo intitulado “Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil”, Amaral Junior (2013) retrata, inclusive, a ironia de se ter nos cursos de Economia Doméstica disciplinas que promovem discussões sobre gênero, família e divisão sexual do trabalho, mas ainda assim a reflexão dos Economistas Domésticos sobre sua própria trajetória e situação atual ser tão pouco abordada.

Este elemento, portanto, remete à outra problemática importante: qual o nível de reflexão que os profissionais de Economia Doméstica têm acerca da sua própria classe, enquanto profissão e campo do saber? Esta temática – que hoje aparece como um grande buraco na trajetória do curso de Economia Doméstica – auxiliaria a compreender as demais questões levantadas. Auxiliariam a perceber se efetivamente estão vivenciando um processo de transformação ou extinção. Se as grades curriculares têm passado por mudanças significativas ou apenas têm “maquiado” velhos elementos com eufemismos. Também, se existe uma compatibilidade entre o discurso da classe e a prática da profissão.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir acerca das questões atuais que permeiam os cursos de Economia Doméstica no Brasil. Inaugurado em um contexto específico, este curso é talvez o maior e melhor reflexo da visão de mulher de uma

época. Estava focado em formar exímias esposas e donas de casas e em “cientificar” os saberes domésticos, que dadas as condições sociais e históricas de seu tempo, deveria ser função repassada às escolas e que as mulheres não conseguiriam mais “naturalmente” aprender em seus lares.

Atrelando-se menos aos aspectos históricos e mais à situação atual da Economia Doméstica, pode-se levantar três principais questões acerca dos cinco cursos ativos hoje no Brasil: nos dias atuais, os cursos de Economia Doméstica estão em processo de transformação ou extinção? As grades curriculares, dadas as fortes questões ideológicas em que os cursos foram consolidados, estão se adaptando às exigências sociais e de mercado ou estão mantendo elementos da década de 1950? Por último, o discurso que os profissionais de Economia Doméstica têm acerca da classe condizem com as realidades de mercado e de trajetória histórica do curso?

Entende-se que estas são questões em aberto, com forte potencial para futuras pesquisas, e que precisam ser respondidas. Suas respostas auxiliarão a compreender não só uma parte do ensino superior brasileiro, mas entender também as dinâmicas impostas aos cursos superiores para adaptação às transformações sociais. Indicam também um bom momento para se refletir acerca de uma área do conhecimento que hipoteticamente poderá a se tornar apenas uma parte da história do ensino superior brasileiro, e assim entender o dinamismo nas transformações de campos profissionais e áreas do saber.

Referências

ALMEIDA, S. E. S.; FARIAS, I. A. Economia Doméstica: a estudante de 1940 do Atheneu Sergipense e o profissional do século XXI. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju – SE, novembro de 2008.

AMARAL JUNIOR, J. C. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR**. Aceito para publicação em: fevereiro de 2013.

BRASIL. Portaria nº 118 de 15-08-86. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de ago. de 1986.

BRASIL. Portaria nº 169 de 29-10-86. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de nov. de 1986.

BRASIL. Portaria nº 182 de 19-11-86. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de nov. de 1986.

BUCCI, M. P. D. Ofício nº 82/2010-MEC-SESu/DESUP. **Ministério da Educação – Secretaria de Educação Superior**. Brasília, DF, dezembro de 2010.

FERREIRA, N. V. C.; NETO, W. G. Organização inicial do ensino profissional feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica (1953-1962). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.51, p.252-265, junho de 2013.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.87, p.45-57, novembro de 1993.

OLIVEIRA, A. C. M. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação

profissional. **VÉRTICES**, v.8, n.1/3, jan./dez. 2006.

TOMÊ, D. C.; QUADROS, R. S.; MACHADO, M. C. G. O papel social da mulher e da família no pensamento de Gustavo Capanema. In: **V Congresso Internacional de História**, p.1197-1203, setembro de 2011.

RIBEIRO, M. G. A. A constituição das ciências humanas numa universidade rural. **ALEPH**, ano IV, n.14, p.52-60, dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Economia Doméstica – estrutura curricular**. Disponível em <http://www.unioeste.br/cursos/beltrao/economia_adomestica/> acesso em 10 de julho de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Catálogo de Graduação: Economia Doméstica**, Registro Escolar, p.148-152, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Personagens e Pioneiros da UFV**. Disponível em < <http://www.personagens.ufv.br> > acesso em 05 de julho de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Economia Doméstica – disciplinas**. Disponível em < <http://www.economiadomestica.ufc.br/disciplinas.html> > acesso em 10 de julho de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: matriz curricular Economia Doméstica**, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Decanato de Ensino de Graduação – Grade curricular curso Economia Doméstica**, 2006.

Recebido em 2013-10-05
Publicado em 2014-04-13